

DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA LEITURA DAS ASSOCIAÇÕES NAS COMUNIDADES RURAIS

Claudiana Aparecida Leal de Araujo

Mestranda Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social
UNIMONTES, Montes Claros-MG
claudiana_ala@yahoo.com.br

Carlos Renato Téophilo

Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social
UNIMONTES, Montes Claros-MG
crtheophilo@uol.com.br

Resumo

O presente artigo tem como objetivo realizar uma reflexão acerca do desenvolvimento, visando uma compreensão a partir da alargamento das liberdades humanas, tendo o desenvolvimento local como alternativa para o desenvolvimento, fazendo uma breve leitura empírica da representação das associações. Evidencia-se, a necessidade do ser humano em se associar, em grupos, na busca da transformação da qualidade de vida. O papel das pessoas como protagonistas é essencial nesse processo, considerando suas dimensões culturais, sociais, econômicas, institucionais e políticas. O “desenvolvimento” ganha nova significação, é um construir/desconstruir conceitos, visando uma compreensão da amplitude que envolve a discussão da temática. Longe de finalizar o debate, entende-se que o ponto chave do desenvolvimento é a transformação social.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Local, Capital Social

Abstract

This paper aims to conduct an analysis of the development, with an understanding from the enlargement of human freedoms, and local development as an alternative to the development and doing a brief reading of the empirical representation of associations. It is evident the need of human beings to associate in groups, in pursuit of transforming the quality of life. The role of people as protagonists in this process is essential,

considering the cultural, social, economic, institutional and political. The "development" gains new significance, is a construct / deconstruct concepts, seeking an understanding of the magnitude that involves the discussion of the theme. Far from finishing the debate, it is understood that the key point of development is social transformation.

Keywords: Local Development, Social Capital

1 Introdução

O desenvolvimento pressupõe uma transformação da realidade, a busca pelo bem estar, pela melhoria nas condições de vida. Aspectos econômicos, políticos, culturais, sociais, dentre outros, estão presentes nessa reflexão, colaborando para a construção conceitual dessa temática. No entanto, a sua trajetória veio ganhando novas dimensões, que se relacionam entre si, ampliando a liberdade do ser humano, significando a capacidade de fazer escolhas.

O desenvolvimento local deve ser pensado como uma alternativa para o desenvolvimento, uma vez que coloca as pessoas como protagonistas de suas ações. O local representa o engajamento das relações sociais na própria comunidade.

As associações comunitárias rurais são organizações formais criadas com objetivo de integrar as ações dos associados (agricultores e trabalhadores rurais) em benefício da melhoria do processo produtivo e da própria comunidade à qual pertencem. Cada comunidade tem uma cultura e estrutura própria, as quais influenciam em sua forma de ação.

Neste contexto, o presente artigo tem como objetivo geral realizar uma reflexão acerca do desenvolvimento, e como objetivos secundários: compreender o desenvolvimento a partir da expansão das liberdades humanas, entender o desenvolvimento local como alternativa para o desenvolvimento e fazer uma breve

leitura empírica da representação das associações e suas relações para o desenvolvimento local nas comunidades rurais localizada em Montes Claros-MG.

2 Fundamentação Teórica

O tema desenvolvimento encontra-se no debate baseado em interesses da sociedade, seja no aspecto político ou econômico. Por muito tempo a concepção de desenvolvimento relacionava-se ao crescimento econômico. No entanto, atualmente percebe-se novas dimensões passaram a ser ponderados pelos cientistas. Segundo Rodrigues (2000), a partir do final dos anos 80, que os aspectos sociais, tais como educação, saúde, saneamento, assistência social, previdência, são agregados a essa concepção.

2.1 Desenvolvimento: um Conceito em Construção

O desenvolvimento era entendido como crescimento econômico, pois era mensurado pela evolução do Produto Nacional Bruto (PNB) de um país. Esse entendimento foi alterado com o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) por meio da criação do "Relatório do Desenvolvimento Humano" e do lançamento do "Índice de Desenvolvimento Humano" (IDH), tendo como causa a observação de que o crescimento econômico apresentado por alguns países subdesenvolvidos na década de 1950 não apresentou os resultados sociais ocorridos em outros países considerados desenvolvidos (VEIGA, 2005). Dessa maneira, atualmente, percebe-se que outros aspectos passaram a ser ponderados pelos cientistas. Entre economistas, sociólogos e antropólogos, que debatem o tema, há concordância de que desenvolvimento é mais que crescimento econômico, outras variáveis devem ser consideradas.

De modo geral, o desenvolvimento pode ser compreendido como mudança estrutural, o que implica em mudanças sociais. Estas se constituem numa complexidade de questões que não findam sua discussão, pois dependem dos pontos de vistas individuais. As mudanças sociais, ou seja, as transformações sociais ocorrem pelo esforço dos indivíduos, em níveis históricos e intencionais (ação) que, por sua vez, gera o desenvolvimento. As ações dos membros da sociedade são provocadas por

motivações, sejam elas econômicas, utilitárias, subsistência ou lucro, determinados pelo sistema econômico (POLANYI, 2000).

O autor traz ao debate que o Estado cumpre o papel de nortear o processo econômico, porém nem sempre ocorre dessa forma. O seu papel consiste, muitas vezes, na alteração do ritmo da mudança, aumentando-o ou reduzindo-o conforme a necessidade. Como exemplo, tem-se os cercamentos¹, ocorrido na Inglaterra no Século XVII. (POLANYI, 2000).

Segundo Rist (1997), a noção de desenvolvimento está ligada a homogeneização da cultura, do modo de ser do capitalismo, marcados pelo interesse econômico e seus reflexos na sociedade. Para o autor, esta noção ocorre sob dois pontos de vista, o desenvolvedor e desenvolvido. O primeiro refere-se ao desenvolvimento como uma condição que, baseada nos parâmetros dos países hegemônicos, deverá ser almejada pela população de países considerados subdesenvolvidos; necessitando estes, de ajuda externa para alcançá-lo. E, o segundo, aborda que o desenvolvimento possibilita a realização do ser humano, por meio da construção de uma vida digna e satisfatória, liberto da opressão política, econômica ou social.

A teoria Marxista impulsiona para a aproximação dos economistas de grandes problemas culturais e humanos a realidade social contemporânea, estimulando a capacidade criadora humana para uma reconstrução social. Na concepção de Furtado (2009), o marxismo limitava a perspectiva do desenvolvimento, uma vez que limitava seus princípios dogmáticos emprestando-lhe um caráter teleológico a análise econômica.

Sob a ótica da economia clássica, o ponto central da teoria do desenvolvimento é composto pelo aumento da produtividade no trabalho e suas repercussões na distribuição do produto social. Entende-se como produto social, a produtividade por unidade de tempo de ocupação da força de trabalho por uma coletividade. No entanto, o

¹ Divisão da propriedade. Na Europa Ocidental o progresso econômico objetivava eliminar uma uniformidade das técnicas de agricultura. Na Inglaterra, o desenvolvimento da indústria lanígera levou o país ao estabelecimento da indústria têxtil - a direção da Revolução Industrial. Esses fatos são suficientes para identificar a mudança da terra arável para a pastagem e o movimento de cercamentos que a acompanhou como a tendência do progresso econômico. (POLANYI, 2000, p. 56).

aumento da produtividade muitas vezes pode representar o aumento do lucro para um grupo empresarial, sem ressoar na renda global. Dessa forma, não se pode confundir aumento da produtividade com desenvolvimento, este somente ocorre a partir da elevação da renda *per capita*, não obstante, aquele, ser considerado importante para o desenvolvimento (FURTADO, 2009).

Para Rodrigues,

O desenvolvimento implica a redução das desigualdades na distribuição de renda entre os segmentos, as regiões e as pessoas; a melhoria das condições sociais e culturais de toda a população; a redução dos índices de analfabetismo, a elevação dos padrões de escolarização, a ampliação das oportunidades de avanço social e melhoria das condições de saúde, nutrição e habitação (RODRIGUES, 2000, p.75).

Diante desse contexto, Furtado (2009) aponta que a idéia de desenvolvimento deve buscar explicar o processo de acumulação de capital, não podendo este ser elucidado de maneira abstrata, pois está ligada a estrutura econômica: organização da produção, as formas de distribuição e organização da renda.

Uma contraposição de toda idéia de desenvolvimento, é revelada em entrevista por Serge Latouche, Professor da na Universidade de Paris-Sul e presidente da Associação Linha do Horizonte, em 2004, na qual o define como “conceito-armadilha”, uma vez que o que realiza é ilusão ideológica, criando um consenso entre as partes contrárias, sem uma análise clara e crítica dos indivíduos, quando na verdade, para o Professor, o que se expressa é acumulação de capital, exploração da força de trabalho, imperialismo ocidental ou dominação (IHU On-Line, 2004).

Na atualidade, o fruto de toda discussão do desenvolvimento, tem sido adjetivá-lo como sustentável. Para Latouche (2004) essa é uma concepção aterrorizadora, e há dúvidas se é uma solução plausível para os problemas. A sugestão, nesse caso, seria pensar rumo ao pós-desenvolvimento, reintroduzindo o social e o político nas relações de troca econômica, e reencontrando o objetivo do bem-estar social e melhor. Por fim, o entrevistado enfatiza o decrescimento como solução para a sociedade. Decrescimento, que consista em eliminação das coisas supérfluas, pensar um decrescimento de consumo. Associado a isso, re-regionalizar as atividades, implementar um planejamento de retorno a agricultura camponesas, implodir a produção de bens relacionais (IHU On-Line, 2004).

2.2 O Desenvolvimento como expansão das liberdades

O desenvolvimento está, intimamente, ligado às minorias mais pobres. A trajetória dessa temática auferiu novas dimensões no cenário atual, que interatua com uma realidade diferenciada e complexa. Nesse sentido, após receber o Prêmio Nobel de Economia em 1998, Amartya Sen, numa abordagem heterodoxa, trouxe para o eixo central, a discussão sobre o desenvolvimento, conceituando-o a partir do alargamento das liberdades reais, que se caracteriza pela melhoria das condições de vida e consiste na eliminação de privações de liberdade, que limitam as escolhas e oportunidades da pessoa de exercer seu papel de agente (SEN, 2010).

Conforme Veiga (2010) esta é a abordagem do desenvolvimento que tem sido amparada por todos os Relatórios do Desenvolvimento Humano, a partir do ano de 1990. Apresentando um extenso conjunto de indicadores (33 quadros e quase 200 indicadores) acerca dos resultados conseguidos em países de todo o mundo, refletindo a capacidade de sobrevivência, aprendizado, dentre outros. No entanto, o autor enfatiza que algumas proposições dadas na concepção seniana, não são passíveis de mensuração, citando como exemplo, que desde os primeiros Relatórios, o PNUD criou um índice da liberdade humana, em 1991, e um índice da liberdade política, em 1992, as quais não resistiram, denotando ainda mais a complexidade do desenvolvimento em tratar pontos especificamente qualitativos.

Dentre as privações de liberdade elencadas por Sen (2010), cita-se a pobreza, carência de oportunidades econômicas, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência exercida dos Estados repressivos. O autor menciona que a liberdade é fundamental para o processo de desenvolvimento por duas razões: a razão avaliatória, em que a avaliação do progresso deve ser feita verificando se houve aumento das liberdades das pessoas e a razão da eficácia, na qual a concretização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas, sendo necessário observar as relações empíricas relevantes

Na visão do economista, uma compreensão adequada do desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e outras variáveis relacionadas à renda. Sustenta que, essas variáveis são apenas meio para que se usufrua das liberdades substantiva, quais sejam: a capacidade de escapar da

morte prematura; ter acesso aos serviços de saúde, educação, emprego, direitos civis básicos e participação política (SEN, 2010). Reforçando a limitação de se relacionar desenvolvimento a crescimento econômico, conforme já mencionado anteriormente.

No processo de expansão das liberdades reais, que as pessoas desfrutam, o aspecto econômico é considerado o fim primordial e o principal meio para o desenvolvimento, relacionando-se a importância da liberdade substantiva na melhoria do bem estar da vida humana e ao modo como os direitos e oportunidades contribuem para a expansão da liberdade. Destarte, vale observar o significado das Liberdades na acepção seniana. Assim, Sen (2010) chama de: 1 – Liberdades políticas: a participação e escolha dos governantes, bem como a fiscalização e crítica; 2 – Facilidades econômicas: o uso de recursos econômicos com o propósito do consumo, produção, troca e distribuição de renda; 3 – Oportunidades Sociais: A educação e a saúde evitam o analfabetismo e a morbidez; 4 – Garantias de Transparências: a necessidade de sinceridade inibe a corrupção, a irresponsabilidade financeira e transações ilícitas; 5 – Segurança protetora: são as disposições institucionais fixas, como benefícios aos desempregados e suplementos de renda regulamentares para os indigentes, distribuições de alimentos em crises de fome coletiva, evitando que a população afetada seja reduzida a miséria ou levada a fome e a morte.

Para Veiga (2010), a idéia de desenvolvimento ainda está no cerne da visão de mundo, com o homem como seu agente transformador, como já bem disse Furtado:

Como o desenvolvimento traduz a realização das potencialidades humanas, é natural que se empreste à idéia um sentido positivo. As sociedades são consideradas desenvolvidas à medida que nelas o homem logra satisfazer suas necessidades e renovar suas aspirações. O estudo do desenvolvimento tem, portanto, como tema central a criatividade cultural e a morfogênese social, temática que permanece praticamente intocada. (FURTADO, 2005, p. 7)

2.3 Capital social e seu papel no Desenvolvimento Local

A adjetivação local tem sua origem no “desenvolvimento comunitário” nos anos 1960, resultado da ação direta dos países subdesenvolvidos, onde as Comunidades Eclesiais de Base protagonizam suas ações com o pensamento de que os problemas e as soluções devem ser abordados de maneira integrada, a partir da mobilização e intervenção na própria comunidade (RODRIGUES, 2009). Destarte, Rodrigues (2009,

p.147) define Desenvolvimento Local como “o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local”. Nesta percepção, este conceito é resultado do paradigma territorialista e das experiências que o validam.

O desenvolvimento local, compreendido como uma alternativa ao desenvolvimento coloca, na sua centralidade, as pessoas como protagonistas, considerando seus valores, sua história, sua cultura, seu potencial econômico e suas necessidades sociais. Nas palavras de Bava (1996, p.58) o desenvolvimento local é:

“endógeno, nasce das forças internas da sociedade; constitui um todo, com dimensões ecológicas, culturais, sociais, econômicas, institucionais e políticas, sendo que a ação a seu serviço deve integrar todas essas dimensões”.

A dimensão endógena resgata a noção de que as pessoas são capazes de transformar sua realidade, alterar o curso de sua história, mudar seu futuro, mas para isso o individualismo deve ser superado. E nessa perspectiva, que vale refletir sobre o papel das pessoas enquanto sujeitos/atores de sua própria história, num mundo globalizado, em que tudo parece está cada vez mais próximo, porém separado. A definição de sujeito pode ser o resultado da confluência ou da “combinação da atividade racional e de identidade cultural pessoal (...) o sujeito está na encruzilhada de princípios gerais e de princípios particulares de conduta” (TOURAINÉ, 1999, p.204). Na sociedade contemporânea, o sujeito passa por dois universos: os poderes comunitários autoritários e a dominação de mercado. Na visão do autor “é preciso recusar escolher entre a globalização dirigida pelos países industriais e pelas ditaduras que impõem em nome dos direitos de uma comunidade” (TOURAINÉ, 1999, p. 348), pois tais forças agredem gravemente a liberdade do sujeito.

Importante considerar que Touraine (1999) defende que para “viver juntos” em sociedade é preciso que a educação, a democracia e igualdade de direitos estejam a serviço de cada sujeito. Resume o sociólogo que é preciso ter um sistema político que exalte a diferença, um sistema jurídico que prescreva a igualdade, mas sobretudo uma escola que ensine a viver junto, e é nessas condições que o sujeito se torna atores de sua própria vida.

E nesse pensar o sujeito como ator não se pode pensar o desenvolvimento rural de forma reducionista ao crescimento agrícola. Em estudos recentes, o que se nota são

regiões rurais dinâmicas, caracterizadas por uma rede de relações entre serviços e organizações públicas, urbanas ou rurais, nas quais maior importância é dada ao “fenômeno da proximidade social que permite uma forma de coordenação entre os atores capaz de valorizar o conjunto do ambiente em que atuam” (ABRAMOWAY, 2003, p.83). Devido a proximidade dessas relações é que denota a relevância dos atores, convergindo que há uma ênfase na dimensão territorial do desenvolvimento, o qual discorrer-se-á na próxima sessão.

Uma outra vertente desse pensamento, é o capital social, que Abramoway (2003, p.84), citando Robert Putnam (1993/1996), o define como “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”.

A noção de capital social permite compreender que as pessoas não agem de forma isolada, seus objetivos e comportamento nem sempre são individualizados ou egoístas. Ele se apresenta como recursos para solução dos dilemas da comunidade, cujo destino de apropriação é a própria comunidade. No pensamento de Bourdieu o capital é definido como um conjunto de recursos e poderes que são utilizáveis pela sociedade, sendo sua distribuição social desigual para os diferentes grupos (ABRAMOWAY, 2003).

Segundo Abramoway (2003), o capital social colabora para estabelecimento de novas relações entre os habitantes de certa região. A exemplo disso faz-se referência a substituição do patrimônio pelos fundos de aval, cooperativas de créditos no estabelecimento relações entre agricultores e sistema bancário. Converte-se dessa formação do desenvolvimento territorial, pelos princípios da noção de capital social.

2.4 Desenvolvimento Territorial nas regiões rurais

Pensar o desenvolvimento para as regiões rurais deve se considerar as especificidades e os fatores que determinam sua dinâmica. O meio rural tem um papel preponderante no desenvolvimento contemporâneo, para a qual foi dada uma especial atenção nos últimos anos.

Para Graziano da Silva (1997), a utilização dos autores clássicos, Marx e Weber, contribuíram para o conflito entre duas realidades sociais diferentes, urbano e rural, em

forma de classes sociais e não um corte geográfico. Nesse contexto, o “urbano” passou a ser identificado com o "progresso" capitalista das fábricas; e os rurais - ou a "classe dos proprietários rurais", com o "velho", e com o "atraso" no sentido de que buscavam impedir o progresso das forças sociais.

A ruralidade assume novas funções dentro dos atributos territoriais, vislumbrando o espaço de atividades variadas, com uma multiplicidade de atores sociais, e não meramente como produtor de produtos agropecuários, “rural não é definido por oposição e sim na sua relação com as cidades” (ABRAMOWAY, 2003, p.20), essa é uma tentativa de definição mais recente dada pela Divisão de Desenvolvimento Rural da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO/DAS, 1998) para a América Latina. No entanto, essa relação possui dupla natureza, por um lado, a ruralidade é vista pela relação com a natureza, a relação com as pessoas, o espaço natural e cultivado. Por outro lado, a relação é importante que o estudo da relação com as cidades, das quais dependem direta ou indiretamente.

Não obstante, atualmente no Brasil, está mais difícil diferenciar o urbano e o rural, percebe-se uma urbanização do rural como resultado do processo de industrialização, e do inchamento mundo urbano, no espaço definido como rural. Nessa mudança, há uma integração entre o urbano e o rural na economia, a agricultura deixa de ser apenas fornecedora de insumos (GRAZIANO DA SILVA, 1997).

No final do Século XX, os países desenvolvidos começaram a mostrar formas sociais e econômicas de organização à medida que a sociedade sai dos “padrões fordistas”, não se tratando de mundo rural caracterizado exclusivamente com as atividades agropecuárias. Emerge novos modos de regulação por parte do Estado que aponta três pontos focais para o debate:

a) a mudança rural é multidimensional, ou seja, não pode ser vista apenas da ótica econômica ou social, nem do ponto de vista estrito da produção e/ou do consumo;

b) é preciso incorporar a esfera da circulação como parte das "novas formas, mais especificamente, o capital financeiro ";

c) o significado do atual processo de "*commodotization*" é que as áreas rurais estão crescentemente associadas com atividades orientadas para o consumo , tais como, lazer, turismo, residência, preservação do meio ambiente, etc. (MARSDEN, *apud* GRAZIANO DA SILVA, 1997, p.3)

Nos estudos de Abramoway (2003), infere-se que o desenvolvimento territorial apresenta-se com três características básicas: a existência de um “grupo de empresas” num certo território, o ambiente de inovações e troca de informações entre indivíduos e empresas e a integração entre empresas e indivíduos urbanos e rurais. Essas características partem das experiências de desenvolvimento, vivenciadas na Itália com a “industrialização difusa” e “terceira Itália”.

A preocupação com o processo, pelo qual se valida das relações sociais localizadas, permeia a valorização de certos territórios como uma “comunidade de valores e intenções”, sendo esse, mais importante que o resultado alcançado. É nesse contexto, que no processo de desenvolvimento ganha significado um ambiente de cooperação, implicando a troca de informação, atenção comum a formação dos trabalhadores, bem como a implantação de serviços indispensáveis ao funcionamento e qualidade de vida numa determinada região. Neste sentido, é que surge a noção de “sistema econômico local”, não se limitando essa concepção ao isolamento, mas a “abertura de novas oportunidades com base no aperfeiçoamento do tecido institucional de cada região” (ABRAMOWAY, 2003, p. 91).

Diante disso, o autor, enfatiza como desafios a falta estudos que propiciem o estabelecimento de tipologias acerca do alcance e limites da atuação das organizações para o desenvolvimento rural. Entretanto, apresenta algumas hipóteses que facilite a superação das principais dificuldades: a necessidade de associação de trabalho ao conhecimento, o que implica em mudança no ambiente educacional; a formação de uma rede de atores que busquem a valorização dos atributos de certa região; reconhecimento a insuficiência da esfera política e administrativa necessária para gerir o desenvolvimento local; organização de iniciativas que materialize a existência da dinâmica territorial; criação de novos mercados que ponham em destaque as capacidades regionais “territorializadas”; colaboração de faculdades e universidades na formação de redes de desenvolvimento territorial; construção de uma nova visão do meio rural (ABRAMOWAY, 2003).

2.5 As associações comunitárias como espaço para o desenvolvimento local

O desenvolvimento local nos espaços rurais sem as associações comunitárias dificilmente seria possível. Na realidade atual, percebe-se claramente o grande

fortalecimento dessas organizações, na participação nos espaços sociais, políticos e econômicos. O poder local, ou seja, força social organizada passa a ser visto como espaço de gestão político-administrativa. (GOHN, 2003)

Evidencia-se, a necessidade do ser humano em se associar, em grupos, na busca da transformação da qualidade de vida, geração de renda. Neste contexto, as associações apresentam-se como um espaço de inovações criativas e democráticas de desenvolvimento, com a presença de novos atores políticos e sociais que viabilizam os interesses sociais (ARAÚJO, 2009).

O ponto chave para um projeto de desenvolvimento local seja sustentável, é o envolvimento dos atores sociais, com recursos e capacidades específicos. As idéias e atividades devem ser institucionalizadas na organização, agregando atenção e reconhecimento do capital social, além de assegurar fundos para implementação das ações favoráveis ao desenvolvimento social. Dessa forma, a inclusão social seria educativa, tendo como indicadores de crescimento o desenvolvimento objetivo e o subjetivo, que se complementam e tornam-se condição para haver desenvolvimento pessoal e comunitário. (KISIL, 1997)

Corroborando essa idéia, Lopes (2004) sistematiza as dimensões do desenvolvimento objetivo e subjetivo, conforme apresentado no quadro 04.

Quadro 01
Dimensões e indicadores de desenvolvimento

Dimensões	
Desenvolvimento objetivo	Desenvolvimento subjetivo
<p>Indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meio ambiente; prática produtiva: produção e comercialização; • prática organizativa: sindicato, grupos de reflexão, times de futebol e associação; • educação, saúde e segurança; • crédito e infra-estrutura 	<p>Indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • União, solidariedade, dignidade e respeito; • aprendizagem, conscientização, atitude, justiça e cidadania; • auto-estima elevada e satisfação; • expressão: linguagem, valores, tradições, saber e manifestação cultural.

Fonte: LOPES, 2004 p.38

Diante do exposto,

(...) a associação é um lugar de reunião, de encontro, onde as pessoas se vêem, comunicam-se. É onde também acontecem, na prática, a comunhão e o compromisso com as pessoas, com o transcendente, com o ambiente e

consigo (crescimento, auto-estima, valorização existencial, da sua história de vida e integração da sua personalidade). Todavia, acontecem frequentemente os esforços para a concertação, ou seja, a busca do consenso, da combinação para amenizar o imediatismo, o jogo conflitivo de interesses e poder, do egoísmo e do materialismo (racionalidade instrumental), que dificultam a união dentro e entre as associações, o crescimento da comunidade e o desenvolvimento da região. (LOPES; AMANCIO; ALENCAR 2005, p. 89)

3 Metodologia

O caminho percorrido para realização desse trabalho iniciou-se com pesquisa bibliográfica e publicações acerca da temática, possibilitando uma reflexão teórica para melhor compreensão das informações.

Vale dizer, que empiricamente, foi realizada uma re-leitura das informações coletadas em 2008, por meio da técnica de grupos focais, em que as coletas de dados foram realizadas através de interações grupais, buscando compreender o processo de desenvolvimento local a partir das percepções, atitudes e representações sociais junto às associações.

Convém mencionar, que essa leitura tem o intuito de colaborar na reflexão acerca do desenvolvimento, contribuindo com o embasamento teórico para a pesquisa, em andamento, acerca da implementação de políticas de desenvolvimento rural em parceria com as associações comunitárias. Para tanto, foi realizado um “recorte” das informações gravadas, no que tange ao desenvolvimento. Sendo que outros aspectos foram utilizados em trabalhos anteriores e poderão ser aprofundados futuramente.

A pesquisa qualitativa foi desenvolvida no universo das associações comunitárias rurais localizadas nas comunidades rurais de Lagoinha, Planalto, Santa Rita, Olhos d’água, no município de Montes Claros-MG. Nas quais os recursos metodológicos utilizados foram: entrevistas, observação e gravações de áudio e vídeo. Estes recursos proporcionaram maior fidedignidade a reconstituição das percepções acerca da realidade.

4 Uma Breve Leitura Empírica

A partir das concepções teóricas abordadas nesta reflexão, buscou-se observar em gravações de grupos focais, realizados em 2008, a representatividade das associações rurais como espaços de participação e envolvimento dos atores sociais desenvolvimento local.

Assim, observou-se as associações como espaço de ampliação das liberdades humanas, de melhorias de condições de vida. Implicando em articulação na própria associação, ou entre as mesmas, nas instituições privadas ou públicas, sendo que cada um dos atores tem seu papel para contribuir com o desenvolvimento local.

Analisando os dados empíricos, denotam-se as relações estabelecidas entre os moradores da(s) comunidade(s) formada pelo capital social, tornando-se mais claras as abordagens de Abramoway (2003), em que o capital social colabora para afirmação de novas relações entre os habitantes de certa região. Implicitamente converge as características sociais como confiança, normas, que facilitam as ações coordenadas, bem como, os aspectos coletivos, que pessoas, enquanto atores sociais apropriam do conjunto de recursos para solução dos dilemas da comunidade.

Esclarecendo esse pensamento, cita-se o seguinte relato:

Eu entendo da seguinte forma, como nós... a tendência nossa é de realmente de abranger toda área social. Enfim, não só focalizando a nossa comunidade, mas de um modo geral todas as comunidades, é uma integração muito ampla, dos moradores, dos associados, eu digo moradores e associados. Porque existem moradores e existem os associados, aquelas pessoas que realmente freqüentam. Que são membros assíduos da associação... O ponto principal pra essas pessoas, ou seja, para que elas melhorem a condição de vida, é justamente dentro de uma associação. Eu vejo nessa situação. Por quê? Porque é dentro da associação que essas pessoas conseguem as coisas básicas para que o ser humano possa conviver (...) com outros. E viver nas suas casas de uma forma humana. Digamos assim. Então é um envolvimento muito bonito. entre comunidade, igreja, associação, que se tornam um só publico. não é isso? Então as mesmas pessoas que freqüentam as associações, são as mesmas que freqüentam o futebol, são as mesmas que freqüentam também a escola, a igreja. Então! Isso só tende as pessoas melhorem gradativamente todos os dias. Eu entendo dessa forma. E tanto as associações, tanto de produtor rural como as associações comunitárias elas buscam esse enriquecimento social aos seus associados. (Relato de Entrevista P1, Presidente de Associação de Pequenos Produtores Rurais 29.05.2008)

É possível, apreender a valorização das relações sociais no território pelo qual se valida comunidade de valores e intenções, em que se observa a significação do processo de desenvolvimento num ambiente de cooperação que possibilite o funcionamento e

qualidade de vida na região, sejam enquanto produtores rurais ou pelos laços de solidariedade que une as pessoas no trabalho comunitário. Corrobora-se, mais uma vez, ao pensamento abramowaiano, que o “sistema econômico local” se abre a novas oportunidades baseando na realidade de sua região.

Destarte, conforme abordado por Furtado (2005) o desenvolvimento demonstra a realização das potencialidades humanas, tendo no ponto central o homem na busca de satisfação de suas necessidades. Assim, a mobilização, a articulação e envolvimento das pessoas, enquanto protagonistas de sua história e sua realidade, possibilitam o desenvolvimento na própria comunidade em que vivem. Ao se organizarem como grupos associativos se fortalecem na busca de alternativas para resolução de seus problemas comuns.

... hoje essas associações que estão aqui [demonstram] o crescimento e desenvolvimento, através das associações, a educação, o desenvolvimento, a saúde, a cultura, se enriqueceu muito. Então o objetivo das associações ser comum a todas, o objetivo delas é sempre a tendência de crescimento. E é através disso que vem as discussões, (...) naquela época existia uma quarta série, hoje nós já passou o magistério certo? E hoje é científico. E isso foi a trabalho social, a trabalho de comunidade, a trabalho de associativismo mesmo! Foi uma coisa de crescimento. A área de produção, por exemplo, era individual, começou com doze [associados] hoje tá com sessenta e dois ativa. Na produção, se organizou em grupo, em compras, em vendas... enfim as associações têm aquele objetivo de crescimento e desenvolvimento, todas as associações. (Relato de Entrevista P2, Presidente de Associação de Produtores Rurais, 29.05.2008)

Dentre as observações elencadas pelos pesquisados, percebeu-se a carência de oportunidades econômicas, de educação, vivenciados pelas pessoas daquelas comunidades. No entanto, é notória que por meio da participação e envolvimento das pessoas na associação houve uma apropriação da comunidade ao acesso a educação, a saúde, a cultura, a melhoria no processo produtivo e de comercialização dos seus produtos.

No relato citado, pode-se observar a ênfase dada, especialmente no âmbito da educação e dos processos produtivos. Nota-se que no passado, as pessoas dessas comunidades tinham acesso a séries primárias do ensino, e por meio da organização em grupos associativos que conseguiram ampliação do acesso ao ensino dentro da própria comunidade. Pode-se se inferir, também que a partir da organização em grupo houve facilidades no processo produtivo, seja na compra de insumos ou mesmo na venda de seus produtos. Dessa forma, corrobora-se que, naquele contexto, houve uma ampliação

das liberdades da condição de agente das pessoas, possibilitando o desenvolvimento na concepção seniana, que resultou na melhoria das condições de vida.

5 Considerações Finais

Diante do exposto, o “desenvolvimento” ganha nova significação, é um construir/desconstruir conceitos, refazendo passagem para que efetivamente se chegue a uma compreensão da amplitude que envolve a discussão da temática. Longe de finalizar o debate, entende-se que o ponto chave do desenvolvimento é a transformação social.

O desenvolvimento local é endógeno e espontâneo, e para ser alcançado necessita que as particularidades sejam observadas no âmbito do território. O papel das pessoas, enquanto protagonistas de sua de história, é preponderante nesse processo, para constituição de um todo, em suas dimensões culturais, sociais, econômicas, institucionais e políticas. Vale considerar as liberdades e capacidades de escolhas individuais, que propiciam melhorias na qualidade de vida e bem-estar. Entretanto, as pessoas não agem isoladamente, suas ações e objetivos, são voltados para o bem comum, em que são valorizadas as relações sociais no ambiente em que atuam.

Empiricamente, observa-se que as associações têm um papel fundamental para o desenvolvimento local, no qual há participação e envolvimento das pessoas para realização de suas atividades, acesso a informação e busca de melhoria na qualidade de vida, fortalecendo-as enquanto atores sociais.

Destarte, o meio rural deve ser visto como uma potencialidade para o desenvolvimento de uma sociedade, apoiado nos diversos conjuntos de atividades de mercado, e não como mera divisão geográfica. O fortalecimento do capital social dos territórios deve proporcionar a construção e comprometimento com o desenvolvimento local, em que os protagonistas principais sejam as populações rurais.

Referências

ABRAMOWAY, Ricardo. **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.

- ARAÚJO, C. A. L., TOLENTINO, M. A., THEÓPHILO, C. R.. **Realidade organizacional das associações comunitárias rurais da região sul de Montes Claros - MG.** In: In: 33º Enanpad, 2009, São Paulo - SP. Anais do 33º Enanpad, 2009
- BAVA, S.C. **Desenvolvimento local: uma alternativa para a crise social?** São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.10, n.3, p.53-59, 1996.
- BAVA, S.C. **Desenvolvimento local: uma alternativa para a crise social?** São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.10, n.3, p.53-59, 1996.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro, Contraponto Internacional Celso Furtado, 2009.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro, Contraponto Internacional Celso Furtado, 2009.
- FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar.** 2. ed. São Paulo, Nacional, 1981.
- GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sócio-política.** 2 ed. São Paulo. Cortez. 2003.
- LATOUCHE, Serge. **Decrescimento ou desenvolvimento sustentável?** Entrevista a Revista IHU On-line, nº 100, 2004. Disponível em <http://www.unisinos.br/ihuonline/uploads/edicoes/1158260956.64word.doc>. Acesso 29 de junho de 2012.
- LOPES, F. A. M. AMANCIO, R. ALENCAR, Edgard. **Participação Libertadora, CEBs e Comunidades Camponesas em Montes Claros MG.** Organizações rurais agroindustriais. Lavras, v. 7, n. 1, p. 82-92, 2005
- POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época.** 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- RODRIGUES, Luciene. **Formação econômica do Norte de Minas e o período recente.** In: OLIVEIRA, M.F., RODRIGUES, L. (Org.). Formação social e econômica do Norte de Minas. Montes Claros: UNIMONTES, 2000.
- _____. **Itinerário da construção das abordagens de desenvolvimento.** In: Argumentos – Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes. Montes Claros: Ed. UNIMONTES, 2009.
- SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, José Graziano da. **O Novo Rural Brasileiro,** Revista Nova economia. Belo horizonte. 7(1):43-81 (maio de 1997).
- TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes.** Petrópoles: Vozes, 1999.
- VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do Século XXI.** Rio de Janeiro. Garamond, 2010.